

CONVENÇÃO EUROPEIA

SECRETARIADO

Bruxelas, 5 de Março de 2002 (07.03)
(OR. fr/es)**CONV 4/02****NOTA DE TRANSMISSÃO**

de: Secretariadopara: Convenção

Assunto: Alocuções proferidas na sessão inaugural da Convenção
(28 de Fevereiro de 2002)

Envia-se em anexo, à atenção da Convenção, as alocuções proferidas pelo Presidente do Conselho Europeu, José Maria Aznar, pelo Presidente do Parlamento Europeu, Pat Cox, pelo Presidente da Comissão Europeia, Romano Prodi, e pelo Presidente da Convenção Europeia, Valéry Giscard d'Estaing, na sessão inaugural da Convenção, que se realizou em 28 de Fevereiro de 2002.

**Intervenção do Presidente do Conselho Europeu, José M. Aznar
na reunião inaugural da Convenção sobre o Futuro da Europa
Bruxelas, 28/02/2002**

Senhor Presidente do Parlamento

Senhor Presidente da Comissão

Senhor Presidente da Convenção,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Hoje a Convenção inicia a sua tarefa, pondo em prática o acordo do Conselho Europeu de Laeken de preparar, segundo critérios de abrangência e transparência, a próxima Conferência Intergovernamental. Hoje, de acordo com as previsões da Declaração de Laeken, inauguramos solenemente a Convenção, a que preside Valéry Giscard d'Estaing, dado o enorme prestígio de uma experiente carreira política como é a sua.

Todos poderão imaginar que este acto suscita em quem lhes fala uma satisfação particular, e o mesmo se passa com a Presidência Espanhola. Ficamos à disposição do Presidente Giscard d'Estaing, dos Vice-presidentes Amato e Dehaene e de todos os membros da Convenção, para tudo o que caiba fazer a fim de que o seu mandato seja levado a bom porto, e conforme o calendário previsto.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Nice é a razão por que estamos hoje aqui. Em Nice chegou-se a um laborioso acordo compartilhado sobre as reformas institucionais imprescindíveis que deverão acompanhar o alargamento, e que preparam a União do futuro. O Tratado de Nice respondia a uma poderosa realidade política, como é a reunificação do continente, e a sua aprovação foi possível graças ao hábil trabalho da Presidência Francesa. Acto contínuo, os Chefes de Estado e de Governo convocaram a convenção que agora começa, cientes de que a nova etapa pede novas formas de funcionamento e deliberação para continuarmos a fazer "mais Europa", como diz o lema da Presidência espanhola deste semestre.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

A unidade europeia até hoje conseguida é a vitória de uma experiência histórica. Sem dúvida, hoje a nossa União assenta nas políticas comuns e nos sólidos alicerces de um mercado e uma moeda únicos. Por isso, não comungo das opiniões dos que entrevêem uma crise existencial no

processo de integração.

Essa suposta crise coincide, pelo contrário, com uma fase especialmente dinâmica do processo unitário, como o testemunham a rapidez da entrada em circulação do euro, os rápidos avanços registados no novo Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça, o início efectivo de uma política comum de defesa e a dinâmica do processo de modernização e reforma económica e social. De igual modo, esta Convenção desfruta também desse dinamismo, assim como todo o processo para o alargamento e reunificação da Europa.

Acontece, no entanto, que a situação mundial obriga a que a União tenha de acelerar o passo. Um ilustre pensador europeu, o espanhol Ortega y Gasset, pedia a unidade dos Estados europeus para fazer frente ao nacionalismo e ao risco de declínio nesta região do mundo chamada "Europa". Neste sentido, a vontade europeia do presente deve sentir a urgência de redefinir o seu papel num mundo profundamente transformado ao virar do século.

Contudo, devemos saber que são os êxitos que obtivemos que nos permitem agora visar metas mais ambiciosas. Creio que só será possível alcançar os novos objectivos, se, como primeiro guia das nossas acções, prosseguirmos a consolidação do projecto europeu.

Este processo não é, como poderá parecer, tarefa fácil, nem tão pouco decorre de uma intenção conservadora ou, se se preferir, conformista. Implica desenvolver e aperfeiçoar duas ideias básicas do processo de integração.

A primeira. é que o nosso futuro depende do equilíbrio entre a unidade cultural profunda da Europa e a sua evidente diversidade histórica. O amanhã político europeu há-de ser o de uma constitucionalização pluralista, respeitadora dos múltiplos ordenamentos dos seus Estados-Membros.

É o desenvolvimento de um Direito, o direito comunitário, que a Declaração. de Lacken descreve como o caminho no sentido de uma Constituição para os cidadãos europeus.

O segundo princípio da integração europeia é a progressiva assunção, por parte da União, de políticas que até agora eram da exclusiva competência estatal.

Conjugar uma melhor repartição e definição das competências na União Europeia não é, certamente, uma tarefa fácil, visto que temos de ser capazes de oferecer fórmulas e soluções que impliquem uma melhoria real da vida quotidiana de todos os europeus.

Não tenho dúvidas de que há que clarificar e delimitar melhor as competências se queremos definir o que queremos fazer juntos, de modo a que o cidadão perceba com maior facilidade quem faz o quê na União e possa, dessa forma, exigir responsabilidades.

Mas este exercício não deverá provocar um retrocesso do projecto europeu já realizado e consolidado.

Temos de continuar a fazer juntos o que até agora temos feito juntos e que, aliás, deu origem a um nível de vida insuspeitado, com benefício para toda a Europa.

A entrada em circulação do euro deve ser, por sua vez, entendida como um ponto de partida e não um ponto de chegada. Esta aposta transcendental, que recentemente consumámos, tem de dirigir o nosso trabalho para as áreas em que os cidadãos – e a situação internacional – aguardam uma acção mais intensa da União: o aperfeiçoamento do Espaço de Liberdade, de Segurança e de Justiça; a modernização do modelo social europeu para conseguir o pleno emprego e o desenvolvimento de uma verdadeira política externa e de defesa comum.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

A integração europeia não é um fim em si mesma, mas sim um meio ao serviço dos valores mais positivos da cultura europeia: direitos fundamentais para todos, sem discriminações, democracias pluralistas, prosperidade partilhada e concorrência económica.

O grande objectivo que deve inspirar os trabalhos desta Convenção é o de projectar uma Europa sustentável e eficaz. Uma Europa em que todos os cidadãos possam desfrutar, em igualdade de condições, dos benefícios do mercado interno, da moeda única e do modelo social europeu.

Apesar dos grandes avanços conseguidos, há ainda muito caminho a percorrer. Só um programa de projectos e realizações concretas será capaz de suscitar a identificação dos cidadãos com a construção de uma União política. Se a Europa tem futuro, e estou plenamente convencido de que o tem, deve ser algo em o que os europeus verdadeiramente acreditem, que apoiem e que avaliem positivamente.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Desejo transmitir-lhes a grande confiança depositada nesta Convenção e no seu Presidente pelo Conselho Europeu, e por mim pessoalmente. São inúmeras as personalidades de relevância e prestígio, que participarão nos seus trabalhos.

Confio plenamente em que a Convenção e o seu Presidente saberão responder às expectativas dos europeus, centrando-se nas questões que verdadeiramente preocupam os nossos cidadãos.

O êxito desta Convenção dependerá da sua capacidade para se mostrar receptiva às inquietações e expectativas que a sociedade manifeste, nomeadamente, através dos diversos debates nacionais e do fórum cívico europeu, cujos contributos serão integrados nos debates da Convenção.

Para que os trabalhos da Convenção se desenvolvam ordenada e eficazmente, é fundamental, por um lado, preservar uma relação de sinergia com o Conselho Europeu, já que cabe a esta Instituição adoptar as decisões definitivas sobre a reforma dos Tratados, e é sumamente importante, por outro, que se respeite o prazo previsto de duração dos trabalhos da Convenção.

Só dessa forma a Conferência Intergovernamental poderá chegar a acordo sobre um novo Tratado a breve trecho, como seria, sem dúvida, desejável. O desafio que esta Convenção tem pela frente vai além da tarefa, exigente e difícil, de preparar as reformas. Trata-se, além disso, de confirmar a validade de um procedimento já utilizado para elaborar a Carta Europeia dos Direitos Fundamentais.

A consolidação do modelo representará um passo de enorme transcendência na necessária evolução do sistema estabelecido para a tomada de decisões e seria um motivo mais para que a Convenção tivesse o merecido reconhecimento, na medida em que consiga formular propostas idóneas para consolidar o projecto europeu, para aprofundar a integração e para avançar no processo de constitucionalização da União Europeia.

Quero terminar felicitando todos os membros da Convenção pela honra subjacente à alta responsabilidade que assumiram, e manifestando-lhes o meu desejo de que o seu esforço seja coroado de êxito.

Bruxelas, 28 de Fevereiro de 2002

**Discurso proferido por Pat COX, Presidente do Parlamento Europeu,
por ocasião da abertura solene da
Convenção sobre o Futuro da Europa**

Em nome do Parlamento Europeu, é com enorme prazer que apresento a Vossas Excelências votos de boas-vindas ao nosso Parlamento – local em que a ideia desta Convenção nasceu. É este o momento de o salientar, uma vez que vos desejo um grande êxito e porque sabemos a progenitura do êxito será por muitos reivindicada.

No mês de Outubro de 2000, antes da conclusão do Tratado de Nice, o Parlamento Europeu aprovou um relatório sobre a constitucionalização dos Tratados Europeus e exortou à criação de uma Convenção. Pensámos na altura que uma Convenção era desejável. Após o Tratado de Nice, o Parlamento Europeu estava convicto de que uma Convenção constituía uma necessidade.

Nos anais da reforma do Tratado Europeu, o dia de hoje marca um passo decisivo e revolucionário na via de uma democracia europeia e do método parlamentar.

Esta Convenção dá um considerável impulso à abertura e transparência, à inovação e criatividade.

Há cinquenta anos, uma geração de dirigentes europeus, após uma guerra devastadora que dividiu o nosso continente, viu bem claramente o que era a realidade, mas estava disposta a sonhar com o que a realidade poderia ser. Assumiram a coragem das suas convicções europeias. Abriram à Europa uma via para a reconciliação e o progresso, via essa jamais trilhada por alguém. Somos nós os beneficiários desse legado e da sua clarividência.

Hoje a nossa geração de europeus encontra-se aqui reunida para responder ao apelo de serviço à Europa. Estou especialmente satisfeito pelo facto de, em termos de representatividade, esta Convenção ter uma dimensão verdadeiramente continental. Apresento os meus votos de boas-vindas a este fórum constitucional, em particular aos nossos amigos e colegas dos países candidatos. O nosso desafio, o vosso desafio, é também um desafio de gerações:

- Aqui e agora, definir e redefinir o objectivo público contemporâneo da Europa, o seu valor acrescentado e as suas responsabilidades globais;
- traçar o caminho a seguir,
- para que o que fazemos e o modo como o fazemos seja eficaz, aberto e eivado de responsabilidade democrática e, sobretudo, significativamente relevante para as vidas dos nossos povos.

O Parlamento Europeu atribui particular importância ao diálogo com os cidadãos e com a sociedade civil. Exortamos a que a Convenção que Vossas Excelências integram não se limite a um papel de comunicação de ideias, mas seja também capaz de escutar.

O nosso mais profundo desejo é que esta Convenção abra o caminho a um diálogo permanente com os nossos povos, os parceiros sociais, a sociedade civil, os Estados e as regiões.

Ao seguir o método parlamentar, o vosso trabalho será do domínio público, estará sujeito ao olhar público e será transmitida simultaneamente em vídeo por Internet no sítio web do Parlamento Europeu. É este um sinal de uma Europa mais aberta que Vossas Excelências são chamados a veicular.

Ao contemplar o nosso futuro comum, deveríamos respeitar o que no passado se verificou servir os interesses dos europeus. Em matéria de equilíbrio institucional e de prerrogativas, o Parlamento Europeu colocará a tónica na necessidade de conservar de modo inteligente, sem por tal ser conservador.

Teste último a que a Convenção hoje lançada será submetida será a sua capacidade para moldar uma vontade e um saber colectivos, para forjar uma reforma equilibrada e prática do que enquanto europeus fazemos em comum e do modo como o fazemos, e para o fazer em termos que em si mesmo se imponham de forma decisiva na próxima Conferência Intergovernamental sobre a reforma do Tratado.

O Parlamento Europeu, na sua qualidade de subscritor e promotor deste processo, deseja a Vossas Excelências votos de pleno êxito.

Por detrás da Presidência, vedes a imagem da Europa representada pela bandeira de doze estrelas. Somos políticos, razão pela qual, como é evidente, nos cabe ser pragmáticos e não perder o sentido da realidade; porém, nada nos diz que não podemos olhar as estrelas que hoje brilham e perseguir os nossos sonhos de um futuro comum que é nosso propósito imaginar e concretizar.

Falando de sonhos, concluo a minha intervenção neste dia especial com uma citação do irlandês William Butler Yeats, Prémio Nobel da Literatura.

"Sob os teus pés espargi os meus sonhos; caminha suavemente, pois é sobre os meus sonhos que caminhas".

Discours de M. Romano Prodi
Président de la Commission européenne
Séance inaugurale de la Convention sur l'avenir de l'Europe
Parlement européen
Bruxelles, le 28 février 2002

Monsieur le Président de la Convention,

Mesdames et Messieurs les membres de la Convention,

Monsieur le Président du Parlement européen,

Monsieur le Président du Conseil,

Il est des moments où les peuples sont appelés à proclamer et à définir les raisons pour lesquelles ils partagent un même destin.

Pour les peuples de notre Europe le moment est venu.

Vous, représentants des États, des institutions et des peuples d'Europe, êtes aujourd'hui réunis dans cette Convention parce que l'intégration a réussi au-delà de toute espérance.

Vous êtes réunis ici parce qu'un continent tout entier s'interroge sur son destin.

Il vous appartient de lui apporter les réponses; des réponses à la hauteur de l'enjeu.

La question centrale qui vous est posée n'est pas de nature technique. Elle va bien au-delà des simples mécanismes, des règles et des architectures institutionnelles.

Parce qu'en effet l'Europe est beaucoup plus que cela.

Voilà cinquante ans maintenant, des hommes lucides, courageux et capables de voir loin ont su ouvrir une voie entièrement nouvelle.

Ils ont choisi la réconciliation plutôt que la guerre, la paix fondée sur l'interdépendance plutôt que la destruction réciproque, le droit plutôt que la loi du plus fort. Ils ont jeté les bases d'une Communauté de peuples et d'États.

Des institutions supranationales originales ont été bâties, puis consolidées. Une Commission garante de l'intérêt général européen, un Parlement élu au suffrage universel qui représente le peuple européen et une Cour de justice qui veille à la primauté du droit, coopèrent avec les États membres réunis dans le Conseil.

Cette coopération a créé une nouvelle identité européenne. Elle a encouragé des échanges d'une ampleur sans précédent. Elle a permis et assuré la stabilité et le développement. Enfin, elle a donné naissance à une monnaie unique, l'euro, accueillie partout avec enthousiasme par les populations.

Voilà treize ans, les peuples d'Europe centrale et orientale auparavant privés de liberté ont repris leur destin en main et ont fait le choix de la démocratie.

Aujourd'hui, ces peuples dont je salue avec émotion et amitié les représentants ici présents demandent à s'unir à nous.

Nous devons répondre positivement à leur demande, en rénovant et élargissant le pacte politique européen.

Les imperfections de l'intégration communautaire qui existent et qui doivent être corrigées sont bien peu de choses en regard de ce que nous avons su construire et de ce que nous pouvons et devons encore faire.

Le succès de l'Union européenne élargie, le succès de la grande Europe est possible.

Nous en avons la capacité.

Mais quel projet pour l'Europe de demain ?

Je crois qu'il faut relever quatre défis.

En tant qu'Européens nous devons d'abord assumer nos responsabilités, à l'échelle mondiale, au service de la paix et du développement.

C'est en effet l'avenir du monde qui est en jeu, la vie de millions d'êtres humains réduits à vivre dans une indicible pauvreté, le sort des innocents qui paient au prix fort des guerres insensées.

Aucun de nos États n'est à même d'y arriver seul.

En tant qu'Européens nous devons aussi défendre un modèle de société équilibré, capables de concilier prospérité économique et solidarité.

En fait, notre bien-être et notre mode de vie sont étroitement liés à l'équilibre entre croissance, justice sociale et défense de l'environnement.

Nos capacités à créer de la croissance et des emplois dépendent de la monnaie unique et du marché unique, tous deux fondés sur un système de règles communes.

En tant qu'Européens nous devons en outre garantir la liberté dans le plein respect des principes de sécurité.

Notre histoire et notre culture nous imposent de ne pas dissocier sécurité, justice et liberté. Face au terrorisme et au crime sans frontières, face aux grands phénomènes migratoires, notre action ne peut être conduite qu'à l'échelle européenne.

Enfin, nous Européens devons parier sur l'avenir pour faire de l'Europe un pôle novateur de rayonnement intellectuel et scientifique.

Parce que dans le domaine de l'intelligence l'Europe ne peut pas se laisser distancer.

Seulement lorsque vous aurez défini le projet de l'Europe de demain, et seulement à ce moment-là, Mesdames et Messieurs les membres de la Convention, vous pourrez aborder les questions plus spécifiquement institutionnelles.

Permettez-moi de vous livrer quelques brèves réflexions à cet égard.

Nous devons nous doter d'une Constitution qui marque la naissance de l'Europe politique.

Toutefois, nous ne devons pas perdre de vue l'originalité de l'intégration européenne.

Son originalité réside dans le fait que l'Union européenne est une union de peuples et d'États. En vérité l'ambition n'est pas de créer un super État. Quel en serait le sens en effet dès le moment où les modèles étatiques classiques s'avèrent de plus en plus inadaptés à gérer la mondialisation? L'ambition véritable, faite de réalisme et de visions, est de faire évoluer ultérieurement cette construction originale vers une démocratie supranationale de plus en plus avancée.

Une démocratie européenne qui se fonde sur les peuples et sur les États d'Europe.

C'est pourquoi nous devons adapter à cette construction originale les grands principes de nos traditions démocratiques nationales, notamment:

- la séparation des pouvoirs;
- le vote à la majorité;
- le débat public et le vote, par les élus du peuple, de tous les textes de loi;
- l'approbation des impôts par le Parlement.

Le système de décision de l'Union doit être revu.

Des procédures de décision et d'exécution nouvelles plus simples et plus transparentes sont nécessaires.

Des fonctions et des compétences exercées aujourd'hui au niveau de l'Union peuvent et doivent être reconsidérées et confiées aux États membres. La Commission ne se soustraira pas à ses responsabilités et elle est prête à prendre sa part et à évoluer en fonction des nouvelles nécessités de l'Europe.

Elle est prête à redéfinir ses tâches et même, si cela s'avère utile dans l'intérêt général, à céder une partie de ses compétences propres pour assumer de nouvelles responsabilités dans les domaines où se joue l'avenir de l'Europe. En effet, toutes les institutions représentées ici doivent se remettre en question devant cette Convention.

La Commission est « gardienne des Traités ».

Cela signifie qu'elle veille à ce que l'Union européenne reste fidèle à elle-même, mais cela ne veut pas dire qu'il faille conserver ce qui doit être changé.

Tout en reconnaissant et en respectant les grandes traditions culturelles et spirituelles qui sont l'âme de l'Europe, nous devons travailler à une vraie réforme de l'Union européenne.

Une réforme en profondeur mais qui préserve en même temps les grands principes qui ont permis notre succès.

Nous devons continuer à aller vers « une Union sans cesse plus étroite » entre les peuples d'Europe parce que notre jeunesse ne se reconnaîtra pas dans un projet restrictif et sans souffle.

Nous devons partager notre souveraineté pour l'exercer effectivement (comme nous l'avons fait pour la monnaie).

Nous devons reconnaître la nécessité d'institutions responsables de l'intérêt commun.

Nous devons garantir l'égalité de traitement entre tous les États.

Mesdames et Messieurs les membres de la Convention,

L'Europe n'est pas une alliance. Elle est la maison commune des citoyens européens. Elle est le nouveau protagoniste du siècle qui commence.

C'est pourquoi elle ne peut pas être bâtie sur la loi de quelques-uns parce qu'ils sont plus grands et plus forts ou membres plus anciens du club européen. L'Union européenne est une « union de minorités » dans laquelle aucun État ne doit pouvoir dominer les autres.

Elle ne peut pas non plus se contenter d'une vague coordination qui ne résisterait pas aux fortes tensions.

Il y a cinquante ans Jean Monnet a créé la Haute Autorité du charbon et de l'acier, persuadé qu'une institution chargée de défendre l'intérêt supérieur devait veiller à ce que chacun respecte durablement les engagements qu'il avait pris.

Mesdames et Messieurs les membres de la Convention, c'est à partir de ce même constat que vous devrez bâtir des institutions solides.

L'Union européenne n'est pas et ne doit pas devenir une nouvelle Société des Nations, réduite à l'impuissance par les égoïsmes et les droits de veto.

L'Union européenne offre un modèle harmonieux de démocratie supranationale.

Elle est l'unique tentative concrète de réaliser une mondialisation démocratique, capable de promouvoir le droit et le développement.

C'est à ce titre qu'elle peut jouer un rôle tout à fait particulier dans le monde d'aujourd'hui et de demain.

Je suis certain que vous saurez donner à notre continent des institutions adaptées à son originalité, des institutions à la mesure de son passé, des institutions à la hauteur des enjeux du monde de demain.

Au sein de la Convention, la Commission sera représentée par les Commissaires Barnier et Vitorino. Elle apportera, avec passion, la contribution de sa compétence et de son expérience.

26 de Fevereiro de 2002

ALOCUÇÃO DE ABERTURA

DO PRESIDENTE V. GISCARD D'ESTAING
À CONVENÇÃO SOBRE O FUTURO DA EUROPA

Os nossos agradecimentos

- ao Presidente do Conselho (por nos ter criado)
- ao Presidente do Parlamento Europeu (por nos albergar e por assegurar o contacto com os eleitores da única instituição europeia eleita)
- ao Presidente da Comissão (por nos inspirar e por connosco partilhar a experiência da sua instituição).

Mesdames, Messieurs,
Ladies and Gentlemen,
Meine Damen und Herren,
Signore e Signori (IT)
Señoras y Señores (ES)
Dames en heren (NL)
Mine damer og herrer (DK)
Κυρίες και Κύριοι GR)
Minhas Senhoras e Meus Senhores (PT)
Hyvät naiset ja herrat (FI)
Mina damer och herrar (SV)
Szczepaństwo Państwa (PL)

Sois os membros da Convenção sobre o Futuro da Europa.

Sois os "Convencionais" da Europa.

Nessa qualidade, detendes o poder de que é investido qualquer órgão político: o poder de ter êxito ou de fracassar.

De um lado, o abismo hiante do fracasso. Do outro, a porta estreita do sucesso.

Se fracassarmos, estaremos a avolumar o presente estado de confusão do projecto europeu, sabendo nós que esse projecto não estará em condições de proporcionar, após o alargamento em curso, um sistema de gestão do nosso continente que seja eficaz e compreensível para a opinião pública. O que tem vindo a ser construído desde há cinquenta anos chegaria ao limite e correria o risco de se desarticular.

Se tivermos êxito, quer dizer, se acordarmos em propor um conceito de União Europeia adaptado não só à dimensão continental como às exigências do século XXI, um conceito transmissor de unidade para o nosso continente e de respeito pela sua diversidade, podereis separar-vos e regressar a casa, quer sejais ítalo-europeus, anglo-europeus, polaco-europeus – ou todos os outros – levando convosco o sentimento de terdes contribuído, modesta mas eficazmente, para que se escrevesse um novo capítulo da História da Europa.

*

*

*

Como preâmbulo a esta Convenção, gostaria de vos dizer quão essencial é o nosso trabalho para a Europa e até para o mundo; de vos dizer também que a nossa missão será difícil, pois deverá conjugar a dinâmica de um movimento que congregue os Estados e os homens com um grande rigor de pensamento e de método; terminarei com um apelo ao entusiasmo lançado a vós, "Convencionais", aos dirigentes dos Estados-Membros e dos Estados candidatos, e a todas as cidadãs e a todos os cidadãos da Europa, dos mais velhos – que sofreram com as cruéis confrontações do passado – aos mais novos – que sonham com o momento em que se abrirá na Europa um amplo espaço de liberdade e de oportunidade.

*

*

*

Criando esta poderosa equipa da Convenção, da qual sois membros, o Conselho Europeu não podia ter sublinhado de forma mais convincente a importância dos nossos trabalhos.

Esta equipa de 105 membros está à altura do desafio que nos é lançado:

- a Convenção apoiar-se-á em dois Vice-Presidentes de primeiro plano, Giuliano Amato e Jean-Luc Dehaene, que exerceram cargos da maior responsabilidade em dois países fundadores;
- a presença, entre os representantes do Parlamento Europeu, dos Parlamentos nacionais e dos Governos, de personalidades de grande envergadura que reflectiram sobre os dados do debate europeu garantirá a qualidade do diálogo que irão manter com as respectivas instâncias nacionais, em relação às quais desempenharão o papel fundamental de intermediários;
- a este propósito, agradeço vivamente às instâncias que responderam positivamente ao meu apelo, designando mulheres para as representar;
- quanto aos dois representantes da Comissão, far-nos-ão beneficiar da sua grande competência e do seu conhecimento prático da Europa comunitária;
- a forte representação dos países candidatos, com 39 membros, assegurará à Convenção um conhecimento preciso das suas aspirações e do papel que desejam desempenhar na Europa;
- o Secretariado-Geral da Convenção será assegurado por um diplomata de alto nível com experiência das instituições europeias. Agradeço ao Governo do Reino Unido o facto de ter facilitado a sua designação.

Por último, a pequena equipa do Secretariado-Geral, jovem e talentosa, escolhida exclusivamente em função dos seus méritos, constituirá seguramente o mais brilhante *think tank* da grande aventura europeia e será um instrumento de coerência e de método para os nossos trabalhos.

*
* *

A Convenção inscreve-se na continuidade de uma História europeia rica e fecunda.

O caminho percorrido desde Jean Monnet, Konrad Adenauer, Paul-Henri Spaak e Alcide de Gasperi é gigantesco, quase inacreditável.

A vossa simples presença comum nesta sala teria parecido inimaginável e teria feito sonhar os britânicos, os alemães, os franceses e os neerlandeses, há menos de sessenta anos, e os checos, os húngaros e os romenos, há menos de quinze anos.

A Europa avançou passo a passo, Tratado a Tratado. O caminho ficou pontuado por acordos parciais e por crises, rapidamente ultrapassadas. O traço mais marcante é que a Europa pareceu talvez bloqueada, em certos momentos, mas nunca recuou.

Ao mudarem de moeda, com uma notável capacidade de adaptação e uma expressão de contentamento popular, 302 milhões de europeus acabam de responder com desenvoltura à acusação de eurosclerose e de demonstrar que são capazes de aprovar o que lhes é proposto se o considerarem simples e útil.

Ao longo deste percurso, as instituições europeias – o Conselho, o Parlamento Europeu, a Comissão, o Tribunal de Justiça – prestaram serviços notáveis a que temos de prestar homenagem.

Ora, não podemos deixar de constatar, ao mesmo tempo, que estas iniciativas estão a chegar ao limite. O processo de união da Europa dá sinais de exaustão, como sublinhou a Declaração de Laeken.

Os mecanismos de decisão complicaram-se a ponto de se tornarem incompreensíveis para a opinião pública. Desde Maastricht, os últimos tratados foram difíceis de negociar e não corresponderam aos objectivos iniciais: os debates nas instituições cederam muitas vezes a interesses nacionais, em detrimento do bem comum europeu. Por último, a taxa de abstenção nas eleições europeias está a atingir um nível inquietante, tendo em 1999 sido ultrapassado, pela primeira vez, o tão simbólico limiar dos 50%!

A inadaptação, que já afecta a Europa na sua geometria actual, será ainda mais crítica na Europa alargada.

Temos de encontrar uma solução para esta situação, não só no interesse da Europa, mas também no interesse do mundo.

O mundo actual carece de uma Europa forte, unida e pacífica.

O mundo sentir-se-ia melhor se pudesse contar com a Europa, uma Europa que se exprimisse a uma só voz, para afirmar o respeito pelas suas alianças, é claro, mas também para fazer ouvir, sempre que necessário, uma mensagem de tolerância e de moderação, de abertura em relação às diferenças e de respeito pelos direitos do Homem.

Não esqueçamos que foi o nosso continente que, desde a antiguidade greco-romana até ao Século das Luzes, deu à humanidade três contributos fundamentais: a razão, o humanismo e a liberdade.

Sim, todos se sentiriam melhor no nosso planeta se pudessem ouvir a voz forte da Europa.

Se tivermos êxito, dentro de 25 ou 50 anos – a distância que nos separa do Tratado de Roma – a Europa terá mudado de papel no mundo.

Será respeitada e ouvida, não só como a potência económica que já é, mas como uma potência política que falará de igual para igual com as maiores potências do planeta – existentes ou vindouras – e que disporá dos meios de acção de que precisa para afirmar os seus valores, para garantir a sua segurança e para desempenhar um papel activo na manutenção da paz internacional.

Minhas Senhoras e meus Senhores, membros da Convenção, os nossos trabalhos constituirão apenas uma etapa da nova Europa, mas trata-se de um ponto de passagem obrigatório para dar um alento renovado à nossa aventura plurinacional.

*
* *

O actual "marcar passo" da Europa deve-se a vários factores, nomeadamente o emaranhado das competências, a complexidade dos procedimentos, e talvez também o enfraquecimento da vontade política; no entanto, creio que se deve sobretudo a uma causa central: a dificuldade de conjugar um forte sentimento de pertença à União Europeia com a manutenção de uma identidade nacional.

Esta dificuldade existe já hoje. Mas será acentuada pelo número e pela diversidade dos Estados que amanhã irão participar na vida da União Europeia.

Trata-se de uma exigência relativamente recente. Durante as primeiras décadas da união da Europa, em que as identidades nacionais continuavam a ser tão fortes que chegaram a alimentar confrontos sangrentos para as proteger, ou para as alargar, e em que o projecto apenas dizia respeito a uma pequena Europa, relativamente homogénea, a única questão que se punha era a de fazer avançar a integração europeia.

Desde os anos 90, temos vindo a assistir ao crescimento de uma outra exigência: a da procura de compatibilidade entre, por um lado, o desejo de pertença a uma União Europeia forte e, por outro, a manutenção de um enraizamento sólido na vida política, social e cultural nacional.

Devemos velar por que os governos e os cidadãos desenvolvam uma "affectio societatis" europeia, forte e reconhecida, conservando simultaneamente o seu apego natural à respectiva identidade nacional.

Foi tendo em conta todos estes dados que o Conselho Europeu, reunido em Laeken, decidiu criar a Convenção sobre o Futuro da Europa, de que sois membros, tendo-lhe atribuído por missão preparar a reforma das estruturas europeias e lançar-nos, se disso nos mostrarmos capazes, na via de uma Constituição para a Europa.

*
* *

Qual deve ser, então, o nosso programa?

E de que forma vamos conduzir os nossos trabalhos?

A situação europeia actual convida-nos a olhar para trás, a fim de redescobrirmos as origens e de nos interrogarmos sobre a finalidade do projecto europeu.

A primeira fase dos nossos trabalhos será assim uma fase de auscultação, aberta e atenta.

Deveremos interrogar-nos entre nós, "Convencionais", e interrogar também todos os nossos interlocutores, para encontrar a resposta à pergunta: "o que esperam os Europeus da Europa, no início do século XXI?".

Devemos partir para este processo sem ideias preconcebidas e formar a nossa visão da nova Europa através de uma auscultação constante e atenta de todos os nossos parceiros, governantes e governados, parceiros económicos e sociais, representantes das comunidades territoriais – já hoje aqui presentes – membros das associações e da sociedade civil representadas no Fórum, mas também todas aquelas e aqueles que não têm qualquer outra identidade para além da sua pertença à Europa.

Nesta fase de auscultação, devemos privilegiar dois alvos: os jovens, para os quais gostaria que pudéssemos organizar uma "Convenção dos Jovens da Europa", que se reuniria segundo o modelo da nossa sessão; e os cidadãos dos países candidatos, que irão descobrir e, simultaneamente, aprender a União Europeia.

Recorreremos aos modernos meios interactivos de auscultação, nomeadamente à Internet. Todos e cada um deverão poder ser ouvidos, o que pressupõe, evidentemente, uma organização eficaz e descentralizada que permita um diálogo sem fronteiras, quer sejam ideológicas ou partidárias.

Da mesma forma, manifesta-se o desejo de uma consulta interactiva, que permita à sociedade civil manifestar-se sobre algumas das nossas futuras propostas.

O Vice-Presidente Jean-Luc Dehaene aceitou a incumbência de coordenar a acção da Convenção neste domínio.

As nossas primeiras reuniões serão consagradas a esta auscultação do desejo de Europa.

Interrogar-nos-emos, designadamente, sobre a questão de saber como imaginam os Europeus a Europa daqui a 50 anos. Desejarão uma Europa que tenda para a homogeneidade – uma Europa mais uniforme –, conduzida por uma dinâmica de harmonização?

Preferirão uma Europa que conserve a sua diversidade, respeitando as identidades históricas e culturais? Estes dois objectivos implicam, evidentemente, abordagens diferentes.

De igual modo, deveremos intensificar a nossa auscultação relativamente a uma questão que a Declaração de Nice colocou no topo das missões confiadas à nossa Convenção e cuja importância é sublinhada pela Declaração de Laeken: a definição das competências respectivas da União Europeia e dos Estados-Membros. Ou seja, a resposta à famosa pergunta: quem faz o quê na Europa? Quais

devem ser essas competências da União e dos Estados? Deverão privilegiar-se as competências exclusivas, ou deverá antes aceitar-se a existência de um vasto sector de partilha de competências? Quais devem ser as modalidades de exercício dessas competências, para que sejam compreensíveis para a opinião pública?

Neste processo de auscultação, poderemos recorrer aos trabalhos particularmente enriquecedores levados a cabo pelo Parlamento Europeu.

A fim de facilitar a tarefa aos nossos interlocutores da sociedade civil, teremos talvez de elaborar uma forma de "questionário sobre a Europa", a exemplo do que já foi feito em certos Estados-Membros.

*
* *

Após esta fase de auscultação, teremos de conduzir duas abordagens paralelas.

Em primeiro lugar, teremos de procurar respostas para as questões levantadas na Declaração de Laeken. Essas questões podem classificar-se em seis grandes grupos: questões fundamentais sobre o papel da Europa; a repartição de competências no seio da União Europeia; a simplificação dos instrumentos da União; o modo de funcionamento das instituições e a sua legitimidade democrática; uma só voz para a Europa nos assuntos internacionais e, por último, a abordagem a adoptar tendo em vista uma Constituição para os cidadãos europeus.

Simultaneamente, teremos de estudar atentamente as diversas fórmulas preconizadas por outros para o Futuro da Europa e que estão agora a ser difundidas.

Nesta fase, o nosso papel não será o de fazer juízos de valor sobre elas, mas simplesmente o de as analisar, juntamente com todas as suas implicações, e de verificar a sua coerência, nomeadamente no que se refere às questões levantadas em Laeken, a fim de avaliar o seu impacto sobre o futuro da Europa daqui a 25 anos e daqui a 50 anos.

Em especial, analisaremos as seguintes fórmulas:

- a organização das instituições europeias decorrente do Tratado de Nice;

- o plano para uma Europa organizada segundo um modelo federal, tal como apresentado, designadamente, pelos decisores de alto nível alemães;
- o documento elaborado pela Comissão Europeia sobre a modernização do método comunitário;
- as propostas de soluções subordinadas ao conceito de uma "federação de Estados-Nação", quer envolvam, quer não, a criação de uma segunda câmara.

Logo que essa análise esteja concluída, a Convenção poderá encetar a terceira fase dos trabalhos: a formulação de recomendações e, certamente, de uma proposta.

Teremos de dar resposta à exigência de simplificação dos Tratados, com o objectivo de conseguir um Tratado único, que todos possam ler e que todos possam entender.

A Declaração de Laeken dá à Convenção a liberdade de optar entre apresentar diversas opções ou formular uma recomendação única.

Seria contrário à lógica da nossa abordagem fazer essa escolha neste momento.

No entanto, não há dúvida de que, aos olhos do público, a nossa recomendação teria um peso e uma autoridade consideráveis se conseguíssemos chegar a um amplo consenso sobre uma proposta única subscrita por todos nós.

Se chegássemos a um consenso sobre este ponto, abriríamos caminho no sentido de uma Constituição para a Europa.

A fim de evitar problemas de carácter semântico, chamemos-lhe a partir de agora: "tratado constitucional para a Europa".

*
* *

Tratarei agora da condução dos trabalhos.

Todos podem avaliar a imensidão da tarefa a realizar, se de facto pretendermos levar até ao fim as nossas reflexões e redigir os textos correspondentes às nossas propostas.

O prazo de um ano que nos foi atribuído é relativamente curto.

Esforçar-nos-emos por respeitá-lo.

No entanto, desde já afirmo que não estou disposto a sacrificar nem a autenticidade da auscultação dos cidadãos europeus, nem a qualidade dos trabalhos da nossa Convenção e das propostas por ela elaboradas.

Os aspectos práticos do funcionamento da nossa Convenção não cabem no âmbito desta sessão inaugural. Defini-los-emos durante a nossa primeira sessão de trabalho.

Todavia, gostaria de vos apresentar três observações que me parecem importantes para a orientação dos trabalhos.

1. Não somos nem uma Conferência Intergovernamental, nem um Parlamento.

Somos uma Convenção.

Não somos uma Conferência Intergovernamental, pois não recebemos dos nossos Governos mandato para negociar em seu nome soluções por nós propostas.

Não somos um Parlamento, pois não somos uma instituição eleita pelos cidadãos para elaborar textos legislativos. Esse papel cabe ao Parlamento Europeu e aos Parlametos nacionais.

Somos uma Convenção.

Que quer isto dizer?

Uma Convenção é um grupo de homens e mulheres reunidos exclusivamente para elaborar um projecto comum.

O princípio da nossa existência, é na nossa unidade que reside.

Os membros das quatro componentes da nossa Convenção não deverão considerar-se como meros porta-vozes de quem os designou – Governos, Parlamento Europeu, Parlamentos nacionais e Comissão. Assim também, Giuliano Amato não falará em nome da Itália, nem Jean-Luc Dehaene em nome da Bélgica, nem eu próprio em nome da França.

É óbvio que cada qual se há-de manter fiel ao seu mandato, mas deverá dar o seu contributo pessoal aos trabalhos da Convenção.

Sejamos claros. Esta Convenção não poderá ter êxito se se limitar a ser o lugar de expressão de opiniões divergentes. Terá de se tornar no cadinho em que, mês após mês, se elaborará uma abordagem comum.

Para poder ouvir, a Convenção terá de se voltar para o exterior.

Mas para reflectir naquilo que possamos propor, os membros da Convenção terão de se voltar uns para os outros, e de forjar pouco a pouco um "espírito da Convenção".

Para o exterior, para ouvir. Para o interior, para propor.

*

*

*

2. A minha segunda observação diz respeito ao que vai passar-se no quadro da Convenção propriamente dita.

A Declaração de Laeken atribuiu à Convenção duas Estruturas: um Presidente e dois Vice-Presidentes, por um lado, e, por outro lado, um Praesidium de 12 membros.

Alguns de vós nutrem certos receios quanto aos papéis respectivos do Praesidium e do Plenário. Temem que, na prática, o grosso do trabalho venha a decorrer no Praesidium.

A este respeito, tenho a declarar que para mim a Convenção é a Convenção!

É normal que os trabalhos da Convenção sejam preparados e organizados pelo Praesidium, como acontece em todas as assembleias e associações.

Os debates, porém, é aqui que se farão e hão-de ser públicos.

Tudo o mais dependerá em grande medida de vós e do conteúdo dos vossos contributos.

Se os vossos contributos visarem efectivamente construir um consenso, se nas vossas propostas e observações tiverdes em conta os outros membros, então poderemos ir apurando passo a passo nesta Convenção o conteúdo do consenso final.

3. A minha terceira observação é uma simples reflexão.

A nossa Convenção constitui a primeira ocasião, desde a Conferência de Messina de 1955, em que responsáveis europeus congregam meios e estipulam prazos para procederem a uma reflexão aprofundada sobre o futuro da União da Europa.

É certo que, entretanto, houve várias conferências intergovernamentais, mas estas eram instâncias destinadas à negociação diplomática entre os Estados-Membros, em que cada qual procurava legitimamente maximizar os seus ganhos sem atender à visão de conjunto.

O Conselho Europeu, por seu turno, decidiu por várias vezes realizar reuniões sobre o futuro das instituições europeias, mas, fosse pela pressão dos acontecimentos internacionais, fosse pelos condicionalismos que pesavam sobre o tempo de que dispunha, tais deliberações só raramente puderam prolongar-se para além de um dia.

Assim sendo, os trabalhos da nossa Convenção apresentam o carácter de uma refundação intelectual do futuro da União Europeia.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Permitam-me que conclua, fazendo um apelo ao entusiasmo,

Trata-se de um termo vindo da palavra grega "en-thousia", que significava "inspirado por um deus". No nosso caso, a inspiração viria de uma deusa, a Europa!

Acusam-nos com frequência de não suscitarmos sonhos de Europa, de nos contentarmos com construir uma estrutura complicada, opaca, reservada exclusivamente aos iniciados da economia e da finança.

Pois bem, sonhemos Europa!

Imaginemos um continente pacificado, liberto das suas divisórias e das suas peias, no qual a História e a Geografia se reconciliem finalmente, dando assim a todos os Estados da Europa a possibilidade de construir o seu futuro em conjunto, depois de terem seguido caminhos separados a Oeste e a Leste.

Um espaço de liberdade e de oportunidade, em que cada pessoa poderá mover-se consoante as suas preferências, para estudar, trabalhar, empreender, e completar a sua cultura.

Um espaço bem identificado pela maneira como há-de conseguir a síntese entre o dinamismo da criação, a necessidade de solidariedade, e a protecção dos mais fracos e mais desprovidos.

Mas também, um espaço em que subsistam e se desenvolvam fortes identidades culturais, simultaneamente conscientes das suas origens e curiosas do intercâmbio entre si, que pode estimulá-las.

Imaginemos também a voz da Europa no mundo. A sua unidade garantirá a sua influência e a sua autoridade.

Cada pessoa conhece a riqueza da sua cultura, e o vigor sempre renovado da sua criatividade.

A Europa trouxe ao mundo a razão, o humanismo e a liberdade.

Assiste-lhe autoridade para fazer ouvir uma mensagem de moderação, de busca de soluções mutuamente aceitáveis, e de apego apaixonado à paz.

A sua diversidade cultural garante a sua tolerância.

Tem também de se mostrar capaz de assegurar a sua própria segurança, seja qual for a natureza dos perigos.

Sim, podemos sonhar, e fazer sonhar Europa!

Se falhássemos, cada país regrediria para uma lógica de livre câmbio. Nenhum de nós, nem sequer os maiores, teria peso suficiente face aos gigantes do mundo. Ficaria cada um de nós entregue a si próprio, mergulhado numa interrogação entristecida sobre as causas do nosso declínio e da nossa situação de dominados.

O nosso apelo ao entusiasmo dirige-se aos outros europeus, mas antes do mais a nós próprios.

Para cativar e convencer os outros, temos de sentir um interesse apaixonado pelo êxito da nossa tarefa, uma tarefa modesta na sua forma, mas imensa no seu conteúdo, já que, se levada a bom termo, segundo o mandato que nos é conferido, iluminará o futuro da Europa.

Viva a Europa!

Obrigado.
